



## **CONSIDERAÇÕES SOBRE AVANÇOS OBTIDOS E LIMITES ATUAIS DO PRONAT NO TERRITÓRIO RURAL VALE DO RIO PARDO**

**Taciane Lais da Silva  
José Antônio Kroeff Schmitz**

### **Resumo**

O presente artigo visa apresentar os avanços obtidos pelo Território do Vale do Rio Pardo, na região central do estado do Rio Grande do Sul, a partir da mobilização e concertação de seus diferentes atores sociais dentro de seu Conselho de Desenvolvimento Territorial (CODETER), bem como os limites e atuais desafios apresentados em função da extinção recente do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e suas possíveis consequências. O artigo baseia-se no relato da experiência vivida pelos autores, durante sua participação no Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET), o qual atuou, no período 2015 até final de 2016, na mobilização junto aos atores sociais das duas macrorregiões e sete microrregiões em que foi dividido o Território, com fins de elaboração de seu Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PTDRSS). São apresentados e discutidos também os posicionamentos dos diferentes atores quanto às possibilidades de continuidade do processo, diante da extinção do MDA e da possível descontinuação da política territorial em nível federal. Finalmente, identifica-se que a experiência concreta de construção do PTDRSS animou os integrantes do CODETER em seu desejo de aprimorar sua autonomia e sua organização coletiva quanto às iniciativas de desenvolvimento rural no espaço territorial. Porém, verificou-se que, para tanto, faz-se necessária a manutenção das assessorias aos CODETERs como forma de manter a articulação das políticas públicas territorializadas e a mobilização dos



atores sociais envolvidos, assim como é importante a transformação da Política Territorial em uma política de Estado.

Palavras-chave: Desenvolvimento territorial. Política pública. Atores sociais. NEDET.

## Introdução

Este artigo apresenta a conformação e a conjuntura do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT) em suas várias instâncias, com objetivo de analisar as perspectivas e limites do mesmo no Território Rural Vale do Rio Pardo (TRVRP). Para isso, o foco de análise está centrado nas características do protagonismo social<sup>1</sup> assumidas pelos atores que fazem a concertação social deste programa.

O recorte territorial foi adotado no Brasil em 2003 (DELGADO; LEITE, 2015). A partir daí inicia-se a implementação de políticas públicas com abordagem territorial, dentre as quais destacam-se: a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), do Ministério da Integração Nacional; os Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSAD), do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); e o Programa Territórios da Cidadania (PTC), sob a responsabilidade da Casa Civil da Presidência da República.

Nesse contexto, o Território se apresenta como uma estratégia para a discussão e a construção do desenvolvimento rural, caracterizado como um processo de inclusão produtiva, via a articulação de políticas públicas destinadas ao meio rural, e considerado como um espaço que vai além da delimitação geográfica, devendo colocar em evidência a participação social e a intersetorialidade na estruturação, no

---

<sup>1</sup> Entende-se por protagonismo social territorial o processo pelo qual alguns atores sociais existentes no Território desenvolvem ações coletivas, como portadores da abordagem territorial e como concertadores sociais da implementação do desenvolvimento territorial (BONNAL; DELGADO; CAZELLA, 2011).



desempenho e na proposição de políticas públicas (MDA, 2015). Neste período, a política agrícola para a agricultura familiar foi acrescida pela criação de outra Secretaria, que passou a trabalhar especificamente com o desenvolvimento territorial - a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT). Ela foi criada no ano de 2003, por meio do PRONAT e implementada através da criação dos Territórios Rurais em praticamente todas as regiões do país, com o objetivo de promover o protagonismo dos atores sociais para a governança do desenvolvimento de seus Territórios e também potencializar os impactos e os resultados obtidos através da política territorial (DELGADO; LEITE, 2015).

O PRONAT tem apoio dos Colegiados de Desenvolvimento Territorial (CODETERs) e de outros fóruns que existem nos Territórios, os quais são formados por instituições do poder público e da sociedade civil. Estes são responsáveis pela articulação das instituições e pelo planejamento para o Território, incluindo a construção de propostas e projetos técnicos, bem como a gestão social do programa e de outras políticas públicas que contribuam de alguma forma para o desenvolvimento sustentável dos Territórios Rurais. Na figura 01, podemos observar como funcionava a estrutura das institucionalidades de gestão do PRONAT inicialmente.

Figura 01 - Estrutura das institucionalidades do PRONAT



Fonte: TRVRP, 2016.

No entanto, por se tratar de uma política de governo, cuja execução está atrelada à vontade da gestão em andamento, em 2016, a partir das alterações que ocorreram na conjuntura política do Brasil em nível federal, alteraram-se também, de forma significativa, os rumos do PRONAT no país.

Com isso, surge a necessidade de refletir sobre as perspectivas do PRONAT no TRVRP, já que, diante deste cenário, o PRONAT corre riscos. Isso, no sentido de criar expectativas e acabar por desmobilizar um processo, que posteriormente pode ter consequências negativas até mesmo em outros fóruns, por deslegitimar o processo de construção coletiva, influenciando nas diferentes esferas do poder público municipal, estadual e federal.

Os dados a serem analisados neste artigo foram coletados a partir da observação direta no trabalho de assessoria prestada ao Território Vale do Rio Pardo, uma vez que a primeira autora compôs a referida assessoria durante o período de dois anos.



As ferramentas metodológicas adotadas para a obtenção dos dados empíricos foram: a matriz Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças (FOFA), balizada sobre as seguintes quatro dimensões da sustentabilidade: 1. Socioeconômica, 2. Sociocultural e Educacional, 3. Político Institucional e 4. Ambiental; e a ferramenta matriz de Prioridades e Ações, que deu origem aos Objetivos e às Estratégias do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PTDRSS). Os dados a serem analisados neste estudo de caso foram coletados a partir da observação direta no trabalho de assessoria prestada ao Território Vale do Rio Pardo, uma vez que os autores compuseram o Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial que assessorou o Colegiado Territorial durante o período de dois anos. Na sequência, iremos discutir alguns resultados deste trabalho de mobilização, bem como as principais perspectivas e os limites do PRONAT no âmbito do Território Rural Vale do Rio Pardo.

## **A inserção do Território Rural Vale do Rio Pardo no PRONAT**

O Território Rural Vale do Rio Pardo – recorte espacial e objeto de estudo deste artigo - foi criado por uma demanda de várias organizações sociais. Em 2011, diversos setores sociais e representações do poder público reuniram-se para formalizar a solicitação de criação do Pré-território Vale do Rio Pardo ao Governo Federal. Realizada a demanda, a homologação pelo Governo Federal ocorreu somente em janeiro de 2013, sendo que, no entanto, o território estabelecido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) passou a ter uma delimitação geográfica que não correspondia àquela pretendida pelas organizações que fizeram a demanda inicial. O recorte espacial do território então criado passou a incorporar outra região não pretendida inicialmente pelos demandantes: ao invés de incluir somente a região conhecida como Vale do Rio Pardo, o MDA anexou também a região denominada como Alto da Serra do Botucaráí.





Esse redesenho ocasionou um forte desinteresse por parte dos representantes das diversas entidades que haviam se articulado para demandar a criação do Território, pois entendiam que essa nova delimitação não possuía as características de identidade e coesão social necessárias à formação de um território. Hoje, o Território em questão possui 28 municípios<sup>2</sup>, soma uma população de 429.236 habitantes, apresenta área total de 12.790,21 km<sup>2</sup> (MDA, 2015) e possui duas subdivisões com realidades bem distintas com relação a sua identidade cultural e geográfica, conformação topográfica, produção agrícola, e por isso demonstram não ter coesão territorial.

Diante deste contexto de divergências, da necessidade de mediação de conflitos e de mobilização de atores sociais, o MDA lançou, em 2014, uma chamada pública para criação de Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDETs) junto às universidades públicas, com intuito de fortalecer e dar suporte à organização e à articulação das políticas públicas voltadas à agricultura familiar no âmbito dos territórios. O objetivo foi o de contratar assessorias aos CODETERs nas áreas de inclusão produtiva e de gestão social, por um período de dois anos, às quais atuariam junto aos agentes sociais dos Territórios, agregando conhecimentos e informações propiciadas pelas Universidades.

O principal desafio do NEDET do Vale do Rio Pardo foi trabalhar as temáticas do desenvolvimento sustentável em meio às dificuldades de coesão territorial anteriormente relatadas, sendo que uma das principais metas a ser cumprida pelo NEDET consistia na mobilização do Colegiado Territorial (CODETER) para a construção do seu Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PTDRSS). Diante da conjuntura de falta de coesão territorial, o NEDET, em concordância com o CODETER VRP, passou a utilizar a estratégia da subdivisão do território em duas macrorregiões (Norte e Sul), e da mobilização dos atores em

---

<sup>2</sup> São eles: Alto Alegre, Barros Cassal, Boqueirão do Leão, Campos Borges, Candelária, Ernestina, Espumoso, Fontoura Xavier, Gramado Xavier, Herveiras, Ibirapuitã, Itapuça, Mato Leitão, Mormaço, Nicolau Vergueiro, Pantano Grande, Passo do Sobrado, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, São José do Herval, Sinimbu, Soledade, Tio Hugo, Vale do Sol, Vale Verde, Venâncio Aires, Vera Cruz e Victor Graeff.



plenárias microrregionais, reunindo-os a partir de conjuntos de municípios denominados de microrregiões, como pode ser visualizado na figura 02.

Figura 02 - Municípios do Rio Grande do Sul abrangidos pelo Território do Vale do Rio Pardo, e sua divisão em duas Macrorregiões Norte (cor verde), Sul (cor amarela) e sete Microrregiões.



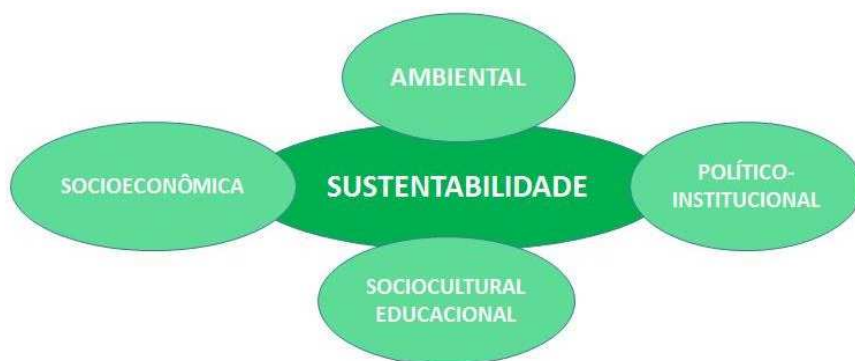
Fonte: Território Vale do Rio Pardo, 2016.

Essa estratégia de divisão em microrregiões serviu principalmente para dois fenômenos principais, o primeiro foi uma mobilização e participação de maior número de atores sociais das instâncias de participação do Território. O segundo foi através de plenárias menores, com um nível de identidade maior, onde os atores começaram a se integrar no TRVRP. Puderam também entender como se dá o processo de construção de demandas a partir de diálogos e planejamentos que ultrapassam as fronteiras dos seus municípios, e que é possível pensar ações em parcerias com instituições vizinhas



e pensar o desenvolvimento rural a partir de suas realidades. Cabe salientar que a metodologia para viabilizar a construção do Plano foi baseada nas Orientações Gerais para a Elaboração e Qualificação do PTDRSS (BRASIL, 2009), como podemos visualizar na figura 03.

Figura 03 - Quatro eixos da sustentabilidade do Desenvolvimento Territorial



Fonte: Orientações Gerais para a Elaboração e Qualificação do PTDRS, 2009.

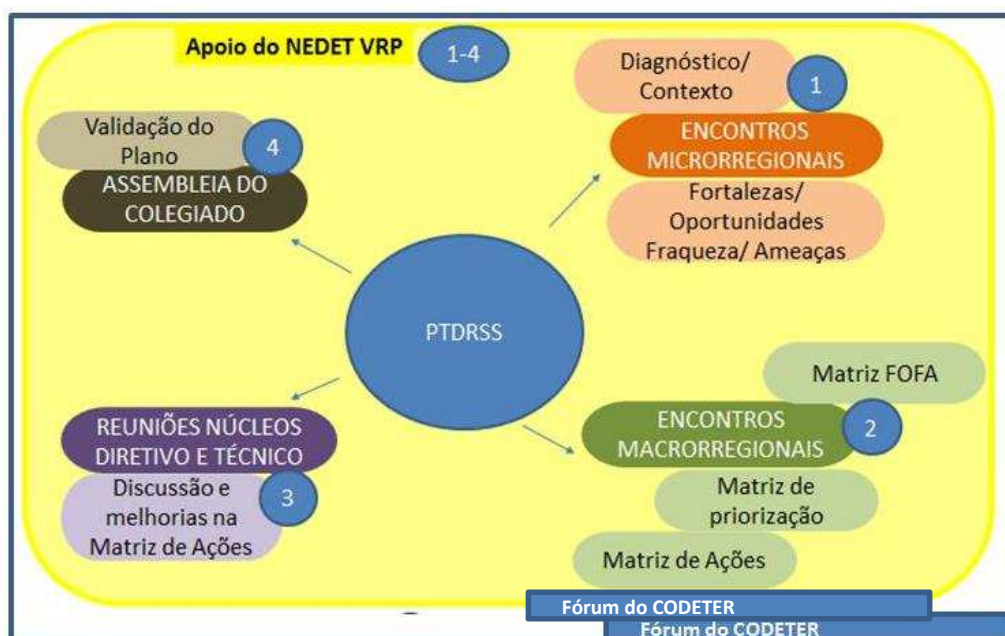
Essa estratégia metodológica para a elaboração do PTDRSS proporcionou várias etapas de discussão, que acabaram colaborando para uma melhor compreensão dos atores sociais sobre o real propósito do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT). Estes espaços promovidos no TRVRP colocaram os atores sociais em diálogo para discutir suas realidades, bem como propostas para alcançar o desenvolvimento rural e projetos que viabilizem a sustentabilidade do Território. Esse processo ocorreu em quatro fases de elaboração ao longo de quase dois anos, desde a mobilização inicial dos atores sociais, a realização das diversas plenárias microrregionais e das duas plenárias macrorregionais, finalizando com a aprovação do Plano em assembleia geral do CODETER VRP, em dezembro de 2016. Na figura 04, é apresentada uma síntese





esquemática da metodologia adotada pelo NEDET para a construção do PTDRS no Território Vale do Rio Pardo.

Figura 04 - Metodologia construída pelo CODETER e NEDET do TRVRP para a elaboração do PTDRSS.



Fonte: Silva, 2017.

Da primeira à quarta fase da construção do PTDRSS, o processo foi assessorado pelo NEDET, no qual a primeira fase consiste em realizar o diagnóstico do contexto dos atores sociais com a utilização de metodologias participativas em



encontros microrregionais. Na segunda fase, foram reunidos os atores sociais representantes das macrorregiões Norte e Sul do TRVRP, com a sistematização total dos conteúdos discutidos nas microrregiões para avançar no processo de planejamento das matrizes de e ações que deram origem aos objetivos e estratégias do Território. Na terceira fase, as instâncias de direção e técnica do Território contribuíram para a qualificação dos objetivos e das estratégias. A quarta e última fase consistiu na realização da plenária do CODETER para apreciação e aprovação do PTDRSS do TRVRP.

De modo geral, como colocam os autores Delgado, Bonnal e Leite (2007), é possível intuir que a política do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) foi exitosa em impulsionar o exercício de planejar e articular políticas em regiões onde quase não existiam antecedentes de articulações intermunicipais. Esta intuição pode ser confirmada, em particular, através do processo ocorrido no Território do Vale do Rio Pardo.

No entanto, quando o CODETER do VRP se encontrava mobilizado, com um entendimento homogêneo sobre a importância da construção de um planejamento coletivo, e com uma compreensão de que o Território é um espaço de vida e de identidade social e não apenas de produção, ocorre uma drástica alteração no projeto de governo em decorrência da mudança da presidência do país.

## **Instabilidades do PRONAT no Território Vale do Rio Pardo após mudança de Governo**

Durante o processo de articulação territorial e construção do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PTDRSS) no ano de 2016, acontece uma mudança na conjuntura política do Brasil e que, por consequência, altera boa parte dos programas de governo em andamento, entre eles o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT). Esse fato ocorreu devido um Golpe parlamentar, no qual Michel Temer assumiu a Presidência



da República. Uma das primeiras ações do Governo Temer foi extinguir o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e alterar a estrutura de gestão do PRONAT, transferindo a SDT para a Casa Civil e após extinguiu-a também.

Diante desse cenário “nebuloso” da política brasileira, os atores sociais também começaram a questionar-se sobre o que iria acontecer com o processo em andamento junto ao Território. Quando questionados, os servidores de carreira da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), que permaneciam em seus cargos e respondiam aos e-mails, retornavam apenas dizendo: “*vamos aguardar as novas orientações da equipe que está entrando agora na SDT*”. Contudo, os atores que têm protagonizado os processos de negociação dos consensos no TRVRP enfrentavam a situação com bastante maturidade, buscando uma construção de experiências e o entendimento de todos de como se deu a construção desse fórum. Um exemplo disso foi a fala do ator social que representa a Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul (EFASC), em uma das reuniões do Núcleo Diretivo do TRVRP: “*precisamos garantir que nossa articulação, enquanto instituições, permaneça entrosada em projetos coletivos, porque é isso que faz de nós um Território*”. Em reforço ao argumento, o representante do Arranjo Produtivo Local de Agroindústrias e Alimentos do VRP (APL) ressaltou: “*mas, independentemente da nossa articulação, temos que ter presente que a política territorial depende, sim, da vontade do governo. Eu estou entendendo que ela vai continuar, mas com uma orientação político-ideológica diferente.*”

Nesse sentido, pode-se observar certa expectativa em legitimar um espaço de articulação das instituições, que iniciava uma trajetória de construção de projetos e de construção de ideias voltadas ao desenvolvimento territorial rural sustentável. Assim, naquele momento, o fórum passou a entender seu papel como agente territorial coletivo de concertação social. Portanto, mesmo com o surgimento de mudanças que ameaçam as perspectivas almejadas em termos de políticas públicas federais para o espaço territorial, ou mesmo para a própria continuidade do fórum ao qual representam, esses atores demonstraram resistência, confiando que as instituições da



sociedade civil e do poder público presente no território pudessem demandar reconhecimento e continuidade de ações do governo em exercício.

Contudo, nesta etapa do processo, a construção do primeiro PTDRSS do TRVRP estava em fase final de estruturação, o que contribuiu significativamente para a mobilização e o engajamento dos atores sociais de vários segmentos (Figura 05). Este fato motivou principalmente os atores sociais que lideravam o processo a se empoderarem e a continuarem o planejamento coletivo, com propostas e projetos que atendessem às demandas do Território por ações de desenvolvimento rural.

Figura 05 - Foto do momento da aprovação do PTDRS na última assembleia do TRVRP no ano de 2016.



Fonte: Silva, 2017.

Com o material do PTDRSS em mãos, e todo o significado que este tem para os atores sociais envolvidos em sua construção, elevou-se entre os mesmos uma expectativa de continuidade quanto ao trabalho que vem sendo realizado por este fórum. Dentre os fatores que contribuíram para a realização dessa análise dos atores



e negociação dos seus tensionamentos, é fundamental entender que a utilização das ideias são recursos como relações de poder, para formar alianças e manter compromissos. É primordial estudar além das configurações de negociações formais, os distintos processos de seleção gradativa das alternativas que preexistiram, considerando aspectos competitivos que conduzem ao desenvolvimento de vários discursos legitimadores. Essa capacidade dos atores em impor seu modo de ver, em termos de escolha e de formulação dos problemas centrais, são conceitos analíticos mobilizados e ferramentas usadas nas fases precedentes, sendo diretas ou indiretas formais ou informais das negociações (FOUILLEUX, 2011).

Dessa forma, as relações que se constroem entre os agentes que acabam definindo uma determinada conformação da gestão do Território são caracterizadas pela maneira com que os atores sociais, que protagonizam a formulação de ideias, realizam a concertação social do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT). É o que lhes confere a capacidade e a legitimidade para intervir e serem ouvidos, e para terem influência sobre a orientação dos debates e decisões tomadas. Isso confirma que estas características assumidas pelos atores estão de acordo com Surel (1998), ao afirmar a necessidade de incorporação dos três “is”, referente às ideias, interesses e instituições, na qual as ideias não são dadas, e que o central está no processo de construção das mesmas e como elas se institucionalizam.

O PTRDSS, bem como outras ferramentas políticas de regimento interno, serviu como instrumento de empoderamento. Isso porque, na última assembleia territorial do ano de 2016 foi aprovada, como encaminhamento para o próximo ano, a continuidade da articulação do fórum territorial, protagonizado pelos representantes da EFASC, dos STRs e de prefeituras municipais. Na coordenação da assembleia, estavam os dois representantes dos núcleos diretivos das macrorregiões Norte e Sul. O coordenador da macrorregião Norte colocou-se como apoiador da continuidade:

*“Esse é um dos pontos de pauta de hoje bem importante, e eu quero registrar aqui a minha satisfação em ver a plenária com boa*





*representatividade, e também dizer que agora está nas nossas mãos. E eu estou à disposição, claro que dentro dos limites com o que o Sindicato permite. Mas eu acredito que o trabalho que vem sendo feito no Território não pode parar.”*

Na sequência, outros atores também se sentiram motivados para posicionarem-se com relação à continuidade do Território, sendo que o próximo a pedir a palavra foi o representante da EFASC, coordenador da macrorregião Sul:

*“eu concordo com o que ele disse, e também acredito no potencial que as nossas instituições têm de se desafiar e fazer um trabalho coletivo. O NEDET deu um grande apoio nessa caminhada, e com certeza nenhum de nós aqui vai conseguir se dedicar de forma integral como a assessoria fez. Mas não podemos deixar essa articulação e essa parceria morrerem. Temos uma caminhada pela frente e um plano territorial aprovado. Vamos trabalhar e ver o que nos aguarda mais adiante nessa conjuntura”.*

Nessa perspectiva de apoio à continuidade, o vice-prefeito de Soledade/RS também colocou-se a favor, porém reafirmou a importância da concretização da divisão do Território:

*“Eu acho fundamental que continuemos com a política territorial, e não é a primeira vez que falo isso. Vocês mesmos sabem a dificuldade que os nossos municípios aqui do Norte têm em reunir-se e pensar coisas articuladas, e de pensar para além do umbigo. Agora, com as reuniões para construir esse plano, isso ficou ainda mais evidente. Mas não podemos desistir de conseguir a efetivação de divisão do Território, porque aqui no Norte nós somos o Território do Pinhão e Erva Mate”.*

Quando esse último ator se referia a “pensar para além do umbigo”, estava visando recomendar a todos os presentes a interrupção da atividade frequente e cotidiana dos administradores públicos e dos representantes de instituições locais e regionais em pensar apenas nos interesses de seus próprios municípios e instituições, e passar a articular em conjunto os diversos interesses que possam vir a beneficiar o conjunto do Território Rural.



Nesse caso, os instrumentos utilizados no fórum de produção de ideias do TRVRP serviram para enfraquecer as formas tradicionais de dominação perenizadas no Território. Além disso, todo o processo desenvolvido ao longo do período de atuação do NEDET no Território conseguiu favorecer o empoderamento dos atores sociais que antes eram submissos ao direcionamento de recursos imposto pelo Estado.

## Considerações finais

Avaliando a ação recente do Estado através de sua Política de Territórios (PRONAT), percebe-se que ocorreram muitos avanços nos processos de elaboração de políticas públicas a partir do envolvimento dos atores heterogêneos presentes nos territórios. Este processo fez surgir a necessidade de análise das diferentes conjunturas territoriais existentes no país a partir de um novo ângulo, o ângulo dos atores sociais ligados ao rural neles presentes. Estes, ainda que por um breve período, passaram a enxergar-se como co construtores da ação pública.

É fundamental aqui, chamar a atenção para a ação temporária desenvolvida pelas assessorias ligadas aos NEDETs, os quais, por sua vez, também eram ligados às Universidades públicas do país. É possível afirmar que, no Território Rural Vale do Rio Pardo (TRVRP), a abordagem diferenciada do PRONAT ocorrida neste período, propiciando o debate de ideias e a confrontação de interesses dos diferentes agentes sociais, permitiu estabelecer um olhar coletivo diferenciado e original sobre o programa e seus objetivos. Foi possível perceber que esta experiência concreta e eficiente de planejamento coletivo gerou grande ânimo entre os participantes e o desejo de aprimoramento nesta busca por maior autonomia e pela organização coletiva das iniciativas de desenvolvimento rural no espaço territorial.

No entanto, a repentina e questionável mudança de governo em nível federal e a subsequente extinção do MDA, criam um questionamento: será este também o fim da política territorial no país? O referido impacto refletiu inevitavelmente na base social



dos Territórios, pois o fato de a política territorial não ser uma política de Estado<sup>3</sup> ameaça comprometer a construção de ações concretas que possibilitassem o desenvolvimento rural sustentável pensado a curto, médio e longos prazos.

De toda forma, em um contexto político bastante desfavorável para a construção de demandas de políticas públicas, em que estas encontram-se ameaçadas pelos atuais governantes, o Colegiado de Desenvolvimento Territorial (CODETER) do VRP conseguiu avançar no processo de construção de seu Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PTDRSS).

Diante desta conjuntura de instabilidade, em decorrência das incertezas inevitáveis em razão da crise política e econômica que vive o país, mergulhado neste processo cíclico e recorrente do capitalismo mundial, chega-se à conclusão de que, a curto prazo, a forma mais coerente de manter a articulação de políticas públicas territorializadas e os atores sociais mobilizados consiste na manutenção das assessorias aos CODETERs, bem como, na transformação da Política Territorial em uma política de Estado. Dessa forma, a médio e longo prazos, será possível construir a autonomia dos atores sociais, a legitimidade de seu protagonismo e a efetividade da abordagem territorial no processo de desenvolvimento rural sustentável.

---

<sup>3</sup> Conceituada por Almeida (2016), uma política de Estado necessita da tramitação por várias esferas da máquina do Estado, passando por estudos técnicos, análises de impacto, simulações, repercussão econômica e cálculo de custo benefício da mesma, devendo ainda passar pelo parlamento e/ou outras agências de debate. O processo requerido para sua aprovação costuma ser bastante demorado, pois geralmente incide em esferas mais amplas da sociedade, o qual garante sua execução mesmo no caso de troca de gestões e de implantação de outros projetos de governo.



## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Sobre políticas de governo e políticas de Estado: distinções necessárias*. Instituto Millenium, 2016. Disponível em: <<http://www.institutomillennium.org.br/artigos/sobre-politicas-de-governo-e-politicas-de-estado-distincoes-necessarias/>>. Acesso em 13 dez. 2016.

BONNAL, P.; DELGADO, N.; CAZELLA, A. A. Subsídios metodológicos ao estudo do desenvolvimento territorial rural. In: DELGADO, N.; LEITE, S. (Orgs.). *Políticas públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil*. Brasília: IICA, Série Desenvolvimento Rural Sustentável, Vol. 14, 2011, p. 35-60.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT). 2015. *Perfil Territorial*. Elaboração: CGMA.

\_\_\_\_\_. *Orientações Gerais Para a Elaboração e Qualificação do PTDRS*. 2009. Disponível em: <[http://portal.mda.gov.br/dotlrn/clubs/planosdedesenvolvimentoterritorial/file-storage/view/oficina-estadual-de-roraima/guia\\_planejamento\\_ptdrs.pdf](http://portal.mda.gov.br/dotlrn/clubs/planosdedesenvolvimentoterritorial/file-storage/view/oficina-estadual-de-roraima/guia_planejamento_ptdrs.pdf)>. Acesso em: 20 dez. 2016.

DELGADO, N. G.; BONNAL, P.; LEITE, S. P. *Desenvolvimento territorial: articulação de políticas públicas e atores sociais*. IICA-OPPA/CPDA/ UFRRJ. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <[http://oppa.net.br/acervo/publicacoes/IICA-OPPA-Desenvolvimento\\_territorial-Articulacao\\_de\\_politicas\\_publicas\\_e\\_atores\\_sociais.pdf](http://oppa.net.br/acervo/publicacoes/IICA-OPPA-Desenvolvimento_territorial-Articulacao_de_politicas_publicas_e_atores_sociais.pdf)>. Acesso em: 25 jan. 2017.

DELGADO, N.; LEITE, S. O Pronat e o PTC: possibilidades, limites e desafios das políticas territoriais para o desenvolvimento rural. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

FOUILLEUX, Ève. Analisar a mudança: políticas públicas e debates num sistema em diferentes níveis de governança. *Estudos sociedade e agricultura*, v. 19, n. 1, p. 88-125, 2011. Disponível em: <[https://agritrop-prod.cirad.fr/562389/1/document\\_562389.pdf](https://agritrop-prod.cirad.fr/562389/1/document_562389.pdf)>. Acesso em: 18 dez. 2016.

VIII Seminário Internacional sobre

## Desenvolvimento regional

Territórios, redes e  
Desenvolvimento Regional:  
Perspectivas e Desafios



Programa de Pós-Graduação  
**Desenvolvimento  
Regional**  
mestrado e doutorado



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA/ Secretária de Desenvolvimento Territorial – SDT. *Relatório de Balanço Programa NEDET*. Brasília, 2015.

SILVA, T. “*Brigas de beleza*”: a construção de consensos no fórum de comunidade de política pública do Território Rural Vale do Rio Pardo – RS. Dissertação (Mestrado Programa de Pós-graduação em Extensão Rural) Universidade Federal de Santa Maria, 2017.

SUREL, Yves. Idées, intérêts, institutions dans l'analyse des politiques publiques. *Pouvoirs*, n. 87, p. 161-178, 1998.

TERRITÓRIO VALE DO RIO PARDO. *Abrangência*. Disponível em: <<http://territoriovrp.com.br/sobre-o-territoriovrp/abrangencia>>. Acesso em: 30 jan. 2017.